



DESAFIO DE CONCEITUAR ÉTICA CRISTÃ

Ivan Tadeu Panicio Junior¹

RESUMO

Ao longo da história da humanidade, muitos filósofos trabalharam com o propósito de elucidar o conceito de ética. Diante destas várias ramificações, torna-se tarefa complexa delimitar uma única definição. O objetivo desta pesquisa é contribuir na compreensão do conceito de ética, mais especificamente no conceito de ética cristã, estudando o processo de transição entre a Normatização Heterônoma para a Normatização Autônoma numa compreensão Kantiana como fundamento, para num segundo momento entender ética cristã com base no Antigo e Novo Testamento.

Palavras-chave: Normatizações, Liberdade e Ética.

ABSTRACT

Throughout human history, many philosophers worked in order to elucidate the conceptualizing ethics. Given these multiple branches, becomes a complex task delimit a single definition. The objective of this research is to contribute to the understanding of the concept of ethics, more specifically the concept of Christian ethics, studying the transition between heteronomous for Standardization Standardization Autonomous an understanding Kant as the basis for a second time to understand Christian ethics based on old and New Testament.

Keywords: Standardizations, Liberty and Ethics.

¹ Mestrando em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Paraná, Especialista em Aconselhamento Pastoral pela Faculdade FACEL, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Teológica Batista de Paraná, Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica do Paraná. Professor e Diretor da Faculdade Cristã de Curitiba-PR. Email: ivantadeupanicio@gmail.com



INTRODUÇÃO

O homem atua em vários níveis da sociedade e em cada nível desenvolve um papel, e este papel é regido por normas. Estas leis, via de regra, existem pelos entes da sociedade na qual o indivíduo vive e determinam o comportamento de todos os entes da coletividade. Estas leis ou normatizações, como passaremos a denominar, podem ser objetivas ou subjetivas. Normalmente são objetivas por estarem expressas, passarem de pai para filho, de autoridades civis a coletividade, e a isso podemos denominar “regra de conduta social”. Mas isso não quer dizer que este ser humano seja ético, ou possua uma ética pessoal², nem ainda estamos falando de uma "moral coletiva".

O cumprimento de certas normatizações, pode simplesmente revelar que este comportamento está em conformidade com regras de conduta social daquele grupo, por vários motivos como segue:

Comportamento por obrigação – quando o indivíduo age de determinada maneira por imposição da coletividade ou pelas leis que regem o convívio social daquela comunidade.

Comportamento por conveniência – quando o indivíduo age de determinada maneira por estar ciente dos benefícios que alcançará.

Comportamento por intimidação – quando o indivíduo age de determinada maneira por temer as penalidades ou possíveis perdas ao ser desobediente.

² CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2006, p 310.



NORMATIZAÇÃO HETERÔNOMA E AUTÔNOMA

Visando aprofundar um pouco mais a temática da normatização, a dividiremos em duas categorias distintas. As Normatizações Heterônomas que são externas ao indivíduo e as Normatizações Autônomas que nascem do senso moral e da consciência moral individual.

Normatização Heterônoma – “**Heteronomia** (do grego *heteros*, "diversos" + *nomos*, "regras") é um conceito utilizado para denominar a sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade. Se opõe assim ao conceito de autonomia onde o ente possui arbítrio e pode expressar sua vontade livremente³.

As Normatizações Heterônomas incidem constantemente sobre todos, desde nossa infância até a fase adulta. Elas são postas através dos pais, professores, líderes religiosos, autoridades civis e outras fontes. Outra parte desta construção normativa deriva-se das normatizações legais que regem a sociedade, como a Constituição Federal, Código Civil e Penal, Estatutos e Regimentos Internos e pelos Costumes e Tradições da comunidade que vivemos. Podemos dividi-las em algumas espécies normativas, normalmente presentes na convivência social:

Lei – é imposta pelo Estado e prevê punição para o desobediente.

Costumes – são as práticas reiteradas e convergentes de determinada sociedade.

Liturgia – são as práticas religiosas que devem ser observadas, é o processo adjetivo através do qual o culto substantivo se efetiva.

Regras de conduta social – são todas as demais regras que regulam a vivência do indivíduo em sociedade, está amplamente ligado ao conceito primário de política

³ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronomia>



(arte de viver na *polis*) e que compreende a popularmente chamada educação, a etiqueta e o protocolo.

E outras.

Através destes exemplos, entendemos que a Normalização Heterônoma, normas que determinam nossos comportamentos, derivam-se da coletividade na qual habitamos e não necessariamente de uma elaboração interior, através de uma consciência clara, que possa constituir-se numa ética pessoal.

Normatização Autônoma – “**Autonomia** (do grego *auto*, "próprio" + *nomos*, "regras") quando o ente possui arbítrio e pode expressar sua vontade livremente”⁴.

O indivíduo autônomo age não pela imposição, obrigação, ou coerção, mas pela **compreensão** de que sua conduta deve ser pautada por certos princípios morais e éticos. Por ser **capaz** de discernir entre o bem e o mal, permitido e proibido, correto e incorreto, o ser autônomo age por livre e espontânea vontade, entendendo que tal comportamento é o melhor, mais saudável, e fica em paz com sua consciência, independente da obrigação, conveniência, medo, ou em detrimento de quaisquer consequências. Desta forma, pode-se afirmar que o ente está comportando-se de maneira ética.

Um dos requisitos indispensáveis na compreensão do conceito de autonomia é entender o conceito de liberdade. A fase da autonomia nasce quando o homem age não porque a Lei Heterônoma está lhe mandando, mas quando sua ação derivasse do amor à lei, de livre vontade.

Segundo ABBAGNAMO, a palavra liberdade possui três concepções que se sobrepuseram ao longo de sua história. A liberdade “como autodeterminação ou autocausalidade”, liberdade “como necessidade, que se baseia no mesmo conceito de precedente, a autodeterminação, mas atribuindo-a a totalidade a que o homem pertence” e a liberdade vista “como possibilidade ou escolha”⁵.

⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Autonomia>. Consultado em 17 de julho de 2013.

⁵ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003, p. 606.



ARANHA e MARTINS mencionam um tipo de liberdade com noção de livre arbítrio, “que remonta a ARISTÓTELES (século IV a.C.), define o ato voluntário como princípio de si mesmo, considerando que tanto a virtude como o vício dependem da vontade do indivíduo. Trata-se de um conceito de liberdade incondicional, pela qual podemos agir de uma maneira ou de outra, independentemente das forças que nos constroem”⁶.

Mas ARANHA e MARTINS ainda mencionam a Liberdade Ética, que está diretamente ligada a nossa pesquisa e fazem a seguinte afirmação: “pressupõem um sujeito moral capaz de decidir com autonomia diante do que consideram bem ou mal. Se em um primeiro momento a criança está submetida à heteronomia, pela submissão às normas morais impostas por pais e professores, a liberdade ética supõe tornar-se capaz de deliberação, de organizar suas próprias regras, enfim, de alcançar a autonomia”⁷.

Assim, este conceito corrobora em nossa construção do conceito de Ética, reforçando o entendimento de que não existe ética sem autonomia e autonomia sem liberdade. ARANHA e MARTINS continuam explicando tal processo de liberdade e acrescentam que “a vida moral, portanto, não resulta de autonomismo, mas do demorado e difícil descentramento do indivíduo que supera o egocentrismo infantil, seguindo em direção ao reconhecimento do outro – garantia da experiência adulta de reciprocidade, cooperação e solidariedade”⁸.

Cabe um olhar atento à observação de que este processo é demorado e difícil, e requer superação de características infantis e o amadurecimento pessoal que conduza o indivíduo a exercer sua liberdade de maneira autônoma e responsável.

Não há condições de abordarmos de maneira ampla este pensamento, mas há de considerarmos que se tratando de uma ética secular, é preciso toda esta

⁶ ARANHA, Maria L. A. & MARTINS, Maria H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 2005, p. 238.

⁷ *Ibidem*. p. 240.

⁸ ARANHA, Maria L. A. & MARTINS, Maria H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 2005, p. 240..



construção, quanto mais, a construção de uma Ética Cristã que está acima do nível da Heteronomia e da Autonomia, onde o homem a vive, não por imposição, nem por mera escolha pessoal, mas por temor a Deus, ou seja, amor àquele que o gerou, como disse o próprio Cristo: "Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos" (BÍBLIA, N.T. João 14.15).

CONCEITO DE COSTUME, CARÁTER E ÉTICA

Visando um esclarecimento maior, se faz necessário compreender os conceitos de Costume e Caráter, antes de delimitarmos o conceito de Ética. Pois é mister que o ente tenha tal compreensão, pois sem ela, não será possível entender a ética, muitos menos na *práxis* dela.

NICOLA ABBAGNANO, no "Dicionário de Filosofia", trás algumas informações complementares sobre Costume e Caráter, e amplia o conceito de Ética:

Costume - "mesmo que hábito"; "no sentido sociológico, qualquer atitude, esquema ou projeto de comportamento que seja compartilhado por vários membros de um grupo"⁹.

Caráter - "o modo de ser ou de comportar-se habitual e constante de uma pessoa, à medida que individualiza e distingue própria pessoa"¹⁰.

Ética - "em geral, ciência de conduta".

Mas ABBAGNANO cita duas concepções fundamentais dessa ciência:

- 1- "a que a considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem".

⁹ *Ibidem*. p. 218.

¹⁰ *Ibidem*. p. 115-116.



2- “a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta”¹¹.

Mediante as definições de ABBAGNANO, compreendemos que a ética deriva-se de um conjunto de disposições pessoais de um indivíduo, e não de uma imposição externa ao mesmo.

Mas a fundamentação mais profunda para esta compreensão vem do Filósofo KANT, pois defende que a ação moral deve ser autônoma, visto que o ser humano é o único capaz de se guiar segundo leis que a própria razão estabelece.

Ao buscar essas leis, Kant não parte de valores determinados pelas nossas inclinações nem aceita como fim do ato moral a felicidade, o bem-estar, o interesse ou o prazer, porque todas essas formas de fundar a ética são subjetivas e relativas. Ao contrário, para alcançarmos o valor absoluto e universal, considera uma lei ou forma a *priori*, anterior a toda experiência, ou seja, um *imperativo categórico*: a obediência à lei é voltada apenas para a realização do dever. Enquanto as outras éticas se baseiam em imperativos hipotéticos (se você quer ser feliz, observe tal lei; se quiser evitar a dor, não desobedeça a tal norma...), a ética kantiana é incondicionada, por estar fundada na determinação formal da vontade. Daí a importância da autonomia, condição segundo a qual o dever é livremente assumido pelo sujeito capaz de se autodeterminar¹².

Mas é preciso deixar claro que o processo de autonomia na ética não está ligado ao individualismo, a reclusão em si mesmo, como segue:

Não se pense, porém, que autonomia seja o mesmo que individualismo, porque o ato moral não diz respeito apenas ao *indivíduo* - fechado em si mesmo -, mas à pessoa, capaz de conviver em uma comunidade, aberta à intersubjetividade. Sem chegarmos, no entanto, ao pólo oposto de nos esquecermos de nós mesmo. Por isso a moral é um movimento constante entre o que é bom para nós e o compromisso que temos com os outros¹³.

Contudo, cabe entender que agir bem, corretamente, moralmente, e eticamente, não é tarefa fácil conforme afirma ARANHA e MARTINS¹⁴. Pois, “não depende da introjeção irrefletida das normas herdadas nem da arbitrária decisão

¹¹ ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003, p. 380.

¹² *Ibidem*. p. 229-230.

¹³ *Ibidem*. p. 218.

¹⁴ ARANHA, Maria L. A. & MARTINS, Maria H. P. Temas de Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 2005, p. 223.



subjetiva, mas se radica na aprendizagem da solidariedade, do reconhecimento da dignidade de si mesmo e dos outros”.

Diante desta reflexão sobre o conceito de ética, passaremos a analisar a ética no contexto religioso, mais especificamente no cristão, tomando por base a Bíblia Sagrada, analisando algumas passagens com o objetivo de entender quando o autor estabeleceu uma normatização heterônoma, e passagens que o autor desejava despertar a consciência para um comportamento que fosse resultado de uma ética pessoal, construída por uma liberdade do sujeito, de forma incondicional e autônoma.

PRINCÍPIOS ÉTICOS DO ANTIGO TESTAMENTO

Após delimitarmos o conceito de ética, tomaremos alguns textos do Antigo e Novo Testamento para uma rápida análise, procurando entender onde o autor lançou mão da Lei, com como o propósito de Normatização Heterônoma e quando o fez com o objetivo de desenvolver uma consciência moral que levasse o povo a *praxis* autônoma.

O caráter ético de Deus

Percebe-se que no Antigo Testamento, o Senhor estava dando um novo rumo ético e moral para Seu povo. Encontramos leis sobre as propriedades em Êxodo 22, restituição ao que foi furtado e consequência ao homicida em Êxodo 21, contra o falso testemunho em Êxodo 23, questões de bioética em Êxodo 23.10-13, e Deus fala ainda sobre a preservação da terra, dos animais, e tantos outros temas nas passagens seguintes.

Deus, na religião dos judeus, é descrito como “monoteísta ético”. O Antigo Testamento fala da existência de um único DEUS, que criou a terra, é Senhor de todas as coisas. Um Deus pessoal, que possui caráter. Caráter este que é composto por atributos morais como: verdade (Salmos 119.160; Isaías 45.19); fidelidade



(Deuteronômio 7.9; Salmo 3.34); santidade (Levíticos 11.45; Salmos 99.9); misericórdia (Salmos 103.8; Isaías 55.7); justiça (Salmos 11.7; 145.17).

HAROLDO REIMER¹⁵ contribui ao mencionar que uma parte específica do Antigo Testamento estava ensinando o povo a como se comportar diante do Deus *Yahveh*, que foram prioritariamente condensadas na Torá:

A reverência ao Deus *Yahveh* deve ser acompanhada por práticas eticamente regradas, substanciadas em mandamentos e leis. A dimensão ética da pertença à comunidade dos fiéis a *Yahveh* tem sua expressão no conjunto de leis, normas e orientações condensadas na Torá, isto é, na primeira parte da Bíblia hebraica. Por isso se fala também de 'monoteísmo ético'. A maior parte destas leis é entendida como tendo origem divina, reveladas no Sinai (Êxodo 19 a Números 10.10), num tempo mítico antes da conquista da terra pelos hebreus.

As Leis no Antigo Testamento

Quando Deus deixa Suas Leis, está expressando o Seu desejo para com Suas criaturas, fundamentando assim, um padrão de moralidade e integridade. Existem vários tipos de leis no Antigo Testamento, por exemplo: cerimoniais, civis, morais, sanitárias, de trabalho, etc. Estas leis possuem objetivos similares, ou seja, disciplinar o relacionamento das pessoas com relação ao seu próximo e para com Deus, mas também fundamentar a normatização de um povo que está sem lei.

Assim, Deus estava instruindo o povo a como viver em sociedade, em família, na coletividade e por outro lado formava seu caráter moral. A Enciclopédia Temática da Bíblia, faz menção de algumas Leis do Antigo Testamento:

Lei Moral - personificada nos Dez Mandamentos (Deuteronômio 5.22; 10.4), mas registrada em várias outras passagens.

Lei Cerimonial - relacionada à maneira de cultuar a Deus (Levíticos 7.37-38; Hebreus 9.1-7), e ao serviço do Senhor.

¹⁵ Reimer, Haroldo. "Monoteísmo e Identidade". *Protestantismo em Revista*. v. 16 (ano 7, n. 2), mai.-ago. 2008. Consultado em 17 de julho de 2013, <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/016/16haroldo.htm>.>



Lei Civil - relacionada à administração da justiça em sociedade que pode ser subdividida em níveis de normatizações (Deuteronômio 17.9-11; Atos 23.3; 24.6)¹⁶.

Podemos mencionar outras Leis mais específicas, segundo nossa compreensão atual, lembrando que na época, não havia uma distinção entre lei religiosa, de conduta social, etc. Deus está estabelecendo um padrão do zero. Exemplo:

Lei Sanitária – em textos de Levíticos, definindo deveres morais acerca do consumo de alimentos (Levíticos 11), da importância da purificação dos corpos (Levíticos 12 a 14.32), da santificação dos lares (Levíticos 14.33-57), etc.

Lei Ecológica – estas leis traziam temas como o cuidado com a terra (Levíticos 25.1-7), sobre cuidado com animais e com sementes (Levíticos 19.19).

Lei da Família – relacionada à conduta familiar (Levíticos 19.3,29,32; 20.10-12).

Lei de proteção às pessoas especiais – (Levíticos 19.14).

Lei aos menos favorecidos – (Levíticos 19.14).

Lei sobre os estrangeiros – (Levíticos 19.33,34)

Lei do Trabalho – seu maior objetivo era estabelecer a justiça, regulando a sociedade civil do Estado Teocrático de Israel. Registros de Êxodo 21 a 23, e tratam da lei acerca dos servos, da violência, etc.

¹⁶ Enciclopédia Temática da Bíblia. Tradução Eulália A. P. Kregness. São Paulo: Editora Shedd Publicações, 2008, p. 210.



Fica evidente que Deus, através destes textos e tantos outros, estava ensinando o povo. O povo não possui condições autônomas para elaborar um comportamento ético, pois até aquele momento, não existia nenhum padrão de moral e ética, viviam numa espécie de anomismo (Ausência de Lei). Mas a vontade de Deus era que através da Normatização Heterônoma, o povo chegasse no futuro próximo, numa conduta moral por autonomia.

Os Dez Mandamentos

Os Dez Mandamentos ou Decálogo, escritos por Moisés constitui-se o resumo da moralidade bíblica veterotestamentária (Êxodo 20.1-17; Deuteronômio 5.6-21), ainda que, outras passagens contribuam para o padrão de conduta do povo com relação à Deus, às pessoas, e demais áreas da conduta humana, haja vista, neste período histórico a lei divina regulamentar tanto aspectos espirituais, sociais, jurídicos, etc.

HAROLDO REIMER¹⁷ amplia a compreensão sobre o decálogo, como o primeiro registros oficial de Lei no Antigo Testamento:

A maior parte destas leis é entendida como tendo origem divina, reveladas no Sinai (Êxodo 19 a Números 10,10), num tempo mítico antes da conquista da terra pelos hebreus. Outra parte substancial dessas leis reveladas é apresentada na Bíblia como sendo trazida à memória por Moisés antes da travessia do rio Jordão rumo à terra prometida. O decálogo ou as 10 palavras representam uma amostra substancial desse tipo de lei.

Além das Leis registradas por Moisés, e as narrativas históricas que trazem valores morais, Deus levantou profetas no Antigo Testamento, que enfatizavam o comportamento moral individual e coletivo. Os principais profetas neste mister foram Isaías, Amós e Miquéias. A sociedade estava em processo de elaboração de uma

¹⁷ Reimer, Haroldo. "Monoteísmo e Identidade". Protestantismo em Revista. v. 16 (ano 7, n. 2), mai.-ago. 2008. Consultado em 19 de julho de 2013, <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/016/16haroldo.htm>>.



conduta moral, e o estabelecimento da Lei dada por Deus, tornava possível o aprendizado e a obsorção pelo povo.

Processo de construção da Ética Cristã

A fim de interiorizar os princípios e levar o povo a uma conduta ética, Deus fala à consciência do povo através da boca dos profetas, que Ele não queria sacrifícios insanos, e sim, uma conduta de relacionamentos de integridade para com Ele e para com o semelhante. Não por mero cumprimento das Suas leis, mas por amor a Deus e ao próximo, como afirma através do profeta Miquéias:

Com que me apresentarei ao Senhor, e me inclinarei diante do Deus altíssimo? Apresentar-me-ei diante dele com holocaustos, com bezerros de um ano? Agradar-se-á o Senhor de milhares de carneiros, ou de dez mil ribeiros de azeite? Darei o meu primogênito pela minha transgressão, o fruto do meu ventre pelo pecado da minha alma? Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a benignidade, e andes humildemente com o teu Deus? (BÍBLIA, A.T. Miquéias 6.6-8).

Disse também através da boca do profeta Isaías, corrigindo os que praticavam injustiça, para que se convertessem dos seus maus caminhos:

Ai dos que decretam leis injustas, e dos escrivães que prescrevem pressão. Para desviarem os pobres do seu direito, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo; para despojarem as viúvas e roubarem os órfãos (BÍBLIA, A.T. Isaías 10.1-2).

Usou a boca do profeta Amós, da mesmo forma que usou Isaías, instruindo o povo a viver uma vida correta e justa:



Porque sei que são muitas as vossas transgressões e graves os vossos pecados; afligis o justo, tomais resgate, e rejeitais os necessitados na porta. Portanto, o que for prudente guardará silêncio naquele tempo, porque o tempo será mau. Buscai o bem, e não o mal, para que vivais; e assim o SENHOR, o Deus dos Exércitos, estará convosco, como dizeis. Odiai o mal, e amai o bem, e estabeleci na porta o juízo. Talvez o SENHOR Deus dos Exércitos tenha piedade do remanescente de José (BÍBLIA, A.T. Amós 5:12-15).

O Salmista declara sua livre escolha em não pecar contra ao Senhor, quando afirma: “Guardo no coração as tuas palavras, para não pecar contra ti” (BÍBLIA, A.T. Salmos 119:11).

Percebe-se assim, que Deus, através de Suas Leis, estabeleceu um comportamento moral e ético, que deveria ser obedecido num primeiro momento, mas interiorizado na sequência, de maneira que o povo cumprisse os mandamentos tendo consciência do erro, mas acima de tudo, por amor a Deus e ao seu semelhante.

PRINCÍPIOS ÉTICOS DO NOVO TESTAMENTO

Os princípios éticos do Novo Testamento não diferem do Antigo, mas são mais fundamentados. Jesus e os apóstolos tiveram a oportunidade de aprofundar princípios e temas que já estavam nas Escrituras Hebraicas, enfatizando com maior propriedade estes conceitos.

Normatização de Deus no Novo Testamento

Vários textos bíblicos fazem menção desta ética Neotestamentária. Algumas estão fundamentando a compreensão do povo, como Normatização Heterônoma e outras estão despertando a consciência, buscando despertar uma ação por livre e



espontânea vontade (Normatização Autônoma). Jesus é muito claro sobre as consequências do pecado:

Porque o Filho do Homem há de vir na glória de seu Pai, com os seus anjos, e, então, retribuirá a cada um conforme as suas obras” (BÍBLIA, N.T. Mateus 16:27).

Paulo contribui, com maiores detalhes sobre o tribunal de Cristo:

Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo (BÍBLIA, N.T. II Coríntios 5.10).

O apóstolo Tiago, já recorre à consciência do homem para então mencionar o juízo:

Portanto, aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz nisso está pecando (BÍBLIA, N.T. Tiago 4.17).

Outros textos do Novo Testamento são mais direcionados a despertar a consciência do indivíduo, e não simplesmente promover uma obediência cega, imposta. Paulo instrui a igreja que estava em Colossos assim:

Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo e não segundo Cristo (BÍBLIA, N.T. Colossenses 2.8).

Paulo também orienta a igreja em Roma, a não se conformarem com a maioria, mas através da razão, da consciência, para viverem uma vida boa, agradável e perfeita diante de Deus:



E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus (BÍBLIA, N.T. Romanos 12.2).

Explica à Igreja da Galácia sobre o propósito da Lei:

Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa, e foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador (BÍBLIA, N.T. Gálatas 3.19).

E o apóstolo João, trás a essência de uma vida ética, quando afirma que é a prática do amor a Deus e ao próximo, através do cumprimento dos mandamentos:

Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e praticamos os seus mandamentos (BÍBLIA, N.T. I João 5.9).

Bem aventuranças

Alguns textos do Antigo e Novo Testamento são resonsáveis por apontar para a moralidade. No Decálogo se faz presente o imperativo da Lei, nas Bem aventuranças, a consciência do dever, mas também do bem estar, do ser feliz, por saber que em detrimento da felicidade ou tristeza, da aprovação coletiva ou reprovação, ou de qualquer contrariedade da vida, contasse com a certeza de estar vivendo na verdade, verdade esta que é Jesus.

O Sermão da Montanha possui um dos melhores resumos da ética de Jesus. Seus discípulos devem viver com humildade, integridade, mansidão, justiça, paz, generosidade, misericórdia, etc. e acima de tudo pelo amor. A moralidade deve ser tanto interna como exteriorizada. Pois Jesus está enfatizando um nível de



moralidade verdadeira, que vai além das ações, mas está firmada no interior do homem, em seu coração, como afirma a seguir:

Eu porém, vos digo que qualquer que atentar para uma mulher para a cobiçar já em seu coração cometeu adultério com ela (BÍBLIA, N.T. Mateus 5.28).

Reforça este conceito na epístola de Marcos:

E dizia: O que sai do homem isso contamina o homem. Porque do interior do coração dos homens saem os maus pensamentos, os adultérios, as fornicções, os homicídios, os furtos, a avareza, as maldades, o engano, a dissolução, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Todos estes males procedem de dentro e contaminam o homem (BÍBLIA, N.T. Marcos 7.20-23).

CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA CRISTÃ

O conceito de Ética Cristã está diretamente vinculado a Bíblica Sagrada, assim pode ser definido como o “conjunto de princípios fundamentados nas Sagradas Escrituras, principalmente nos ensinamentos de Cristo e de seus Apóstolos, cujo objetivo é orientar a conduta do cristão. A ética cristã, portanto, não é mera ciência de costumes. Ela vai além, pois se preocupa também em distinguir o bem e o mal conforme revelados nas Sagradas Escrituras”¹⁸.

Para CHAMPLIN, “a ética teológica faz com que Deus, ou alguma força divina, seja a fonte das regras de conduta humana”¹⁹, ou seja, para os cristãos as Escrituras.

A Escritura afirma que Deus criou o ser humano à sua semelhança (BÍBLIA, A.T. Gênesis 1.26-27). Isso significa que o homem partilha, ainda que de modo

¹⁸ Curso de Teologia Ministerial. **Ética Cristã**. Curitiba: Ed. 1995, p. 12.

¹⁹ CHAMPLIN, R. N. Phd. Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia. Vol 2. São Paulo: Editora Hagnos, 2011, p. 586



limitado, do caráter moral de seu Criador. Embora o pecado tenha distorcido essa imagem divina no ser humano, não a destruiu totalmente. Deus requer uma conduta ética das suas criaturas: “Sede santos porque eu sou santo” (BÍBLIA, A.T. Levíticos 19.2; 20.26). Mas Deus não deseja que este comportamento seja compulsório, deseja que o homem seja santo, por prazer, por estar próximo de Deus, entendendo que a presença de Deus é boa, perfeita e agradável.

O homem pode permanecer debaixo do cumprimento de leis, sem nunca interiorizá-la. Aparentemente cumprir com as exigências de Regra e Conduta Social, mas esta não é a vontade perfeita de Deus. E o apóstolo Paulo elucida muito bem esta verdade quando escreve à Igreja de Corinto:

Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm. Todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma (BÍBLIA, N.T. I Coríntios 6.12).

Afirmando que não estamos subjulgados pela lei, mas a cumprimos por opção: “Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei” (BÍBLIA, N.T. Gálatas 5.18).

Afirmando que em Cristo temos a liberdade de escolha, e somos livres da escravidão da carne: “E os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências” (BÍBLIA, N.T. Gálatas 5.24).

E no texto a seguir, conclama a uma auto-análise: “Examinai-vos a vós mesmos, se permanecéis na fé; provai-vos a vós mesmos...” (BÍBLIA, N.T. II Coríntios 13.5).

CONCLUSÃO



Assim, surge-nos uma questão: se somos racionais, criados a semelhança de um Deus moral e livres para escolher, por que valores, fins e normas morais não são espontâneas em nós? Por que precisamos que nos cheguem muitas vezes de modo heterônoma e só então os internalizamos?

Para concluirmos esta reflexão, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas concluirmos simplesmente o racioncínio, esta questão será respondida com uma verdade Teológica e uma verdade Filosófica.

Teologicamente, precisamos entender que nossa humanidade foi degenerada pelo pecado conforme registra Romanos: “Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (BÍBLIA, N.T. Romanos 3.23), tirando-nos a plena comunhão com Deus que tínhamos no início e descaracterizando nossa imagem e semelhança original (BÍBLIA, A.T. Gênesis 1.26).

Existe uma luta no interior do homem conforme bem informa Paulo, “Porque o que faço não o aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço” (BÍBLIA, N.T. Romanos 7.15). Paulo continua e torna ainda mais clara esta questão:

E, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. De maneira que agora já não sou eu que faço isto, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; e com efeito o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem. Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero esse faço. Ora, se eu faço o que não quero, já o não faço eu, mas o pecado que habita em mim. Acho então esta lei em mim, que, quando quero fazer o bem, o mal está comigo. Porque, segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus; Mas vejo nos meus membros outra lei, que batalha contra a lei do meu entendimento, e me prende debaixo da lei do pecado que está nos meus membros. Miserável homem que eu sou! Quem me livrará do corpo desta morte? (BÍBLIA, N.T. Romanos 7.16-24).



Desta maneira, Paulo reconhece que existe um conflito no interior do homem, projetando-o para o mau, e este mau chama-se pecado. E o homem só pode vencer este mau, de maneira autônoma, através de Jesus. E só assim poderá viver uma vida Ética, baseada em princípios cristãos. Ele (Paulo) pergunta e responde quem poderá livrar-nos do corpo desta morte?

Portanto, agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito. Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte. Porquanto o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne; Para que a justiça da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito (BÍBLIA, N.T. Romanos 8.1-4).

Filosoficamente, nós humanos, passamos a possuir algumas peculiaridades conforme descreve muito bem o Filósofo KANT:

Não somos seres morais apenas. Também não somos seres naturais, submetidos à causalidade necessária da natureza. Nosso corpo e nossa psique são feitos de apetites, impulsos, desejos e paixões. Nossos sentimentos, nossas emoções e nossos comportamentos são a parte da natureza em nós, exercendo domínio sobre nós, submetendo-se à causalidade natural inexorável. Quem se submete a eles não pode possuir a autonomia ética. Por quê? Porque impulsos, apetites paixões são causados em nós por coisas e forças externas a nós sobre as quais não temos domínio e às quais nos submetemos. [...] Visto que apetites, impulsos, desejos tendências, comportamentos naturais costumam ser muito mais fortes do que a razão, a razão prática (ética) e a verdadeira liberdade precisam dobrar nossa parte natural e nos impor nosso ser moral. Elas o fazem obrigando-nos a passar das motivações do interesse para o dever. Para sermos livres, precisamos ser obrigados pelo dever de sermos livres.²⁰

Assim que, KANT contribui em nossa pesquisa, pois ao pensar o tema de maneira secular (não religioso), reconhece que o homem possui dificuldades para comportar-se de maneira ética. KANT está reconhecendo as mesmas verdades que Paulo na epístola aos Romanos já citado, mencionou. A diferença é que Paulo leva

²⁰ CHAUI, Marilena. Convite a filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2006,p 316.



a discussão a um nível superior, o espiritual. Enquanto KANT trabalha nos níveis da Heteronomia e da Autonomia, Paulo trás a discussão para o nível espiritual, afirmando que o homem só possui a liberdade necessária para exercer sua autonomia de escolha, em Cristo. Pois fora dele está debaixo da lei, a mesma lei que o condena e o faz andar debaixo da Heteronomia.

Encerramos esta reflexão lembrando às palavras do Salmista:

Não sejas como o cavalo, nem como a mula, que não têm entendimento, cuja boca precisa de cabresto e freio para que não se cheguem a ti (BÍBLIA, A.T. Salmos 32.9).

Mas acatemos o conselho de Paulo e andemos no Espírito e vivamos uma verdadeira Ética Cristã:

Porque os que são segundo a carne inclinam-se para as coisas da carne; mas os que são segundo o Espírito para as coisas do Espírito. Porque a inclinação da carne é morte; mas a inclinação do Espírito é vida e paz (BÍBLIA, A.T. Romanos 8.5-6).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

ARANHA, Maria L. A. & MARTINS, Maria H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.



CHAMPLIN, R. N. Phd. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. Vol 2. São Paulo: Editora Hagnos, 2011.

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Enciclopédia Temática da Bíblia. Tradução Eulália A. P. Kregness. São Paulo: Editora Shedd Publicações, 2008.

Curso de Teologia Ministerial. **Ética Cristã**. Curitiba: Ed. 1995.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Autonomia>. Consultado em 17 de julho de 2013.

Reimer, Haroldo. "Monoteísmo e Identidade". **Protestantismo em Revista**. v. 16 (ano 7, n. 2), mai.-ago. 2008. Consultado em 17 de julho de 2013, <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/016/16haroldo.htm>.>